

 <b>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</b>	 <b>Instituto Água e Terra</b> Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença Ambiental Simplificada</b>  Nº 009100 Validade 21/08/2031 Protocolo 217193745
---	--	--



O Instituto Água e Terra - IAT, com base na legislação ambiental e demais normas pertinentes, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 217193745, expede a presente Licença Ambiental Simplificada à:

01 IDENTIFICAÇÃO DO AUTORIZADO

Razão Social - Pessoa Jurídica / Nome - Pessoa Física <b>DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ</b>			
C.G.C. - Pessoa Jurídica / C.P.F. - Pessoa Física 76669324000189		Inscrição Estadual - Pessoa Jurídica / R.G. - Pessoa Física ISENTO	
Endereço AVENIDA IGUAÇU, 420			
Bairro REBOUÇAS	Município CURITIBA	UF PR	Cep 80230902

02 IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Empreendimento <b>RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA PRC-466</b>	
Tipo de empreendimento/atividade RESTAURAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA PRC-466	
Endereço RODOVIA PRC-466	Bairro RODOVIA
Município Pitanga	Cep 85202150
Corpo Hídrico do Entorno Rio das Antas	Bacia Hidrográfica Ivaí
Destino do Esgoto Sanitário *****	Destino do Efluente Final *****

03 REQUISITOS DO LICENCIAMENTO DE OPERAÇÃO

- Súmula desta licença deverá ser publicada no Diário Oficial do Estado e em jornal de grande circulação local ou regional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, nos termos da Resolução CONAMA nº 006/86.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada ao IAP com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias.
- Quaisquer alterações ou expansões nos processos de produção ou volumes produzidos pela indústria e alterações ou expansões no empreendimento, deverão ser licenciados pelo IAP.
- Esta LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA deverá ser afixada em local visível

Detalhamento dos Requisitos de Licenciamento

A presente Licença foi emitida de acordo com os dados informados pelo requerente no protocolo 21.719.374-5 e com base no que estabelece a Resolução CEMA nº 107/2020 e Resolução SEMA nº 046/2015, vigentes à época do protocolo, atestando a viabilidade ambiental e autorizando sua instalação e operação, conforme especificações constantes nos requerimentos, planos, programas e projetos apresentados, estabelecendo os requisitos básicos, medidas de controle ambiental e o cumprimento das condicionantes determinadas nesta licença.

**DADOS DO EMPREENDIMENTO**

Licença Ambiental Simplificada - LAS para obras de restauração e ampliação de capacidade (incluindo terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte especiais, sinalização, serviços complementares, iluminação e supressão de vegetação), da Rodovia PRC-466.

Dados da intervenção:

Extensão total: 21,70 km - Trecho: PR-170/PRC-466 Entroncamento PR-456 (acesso a Santa Maria do Oeste) a Entroncamento PR-820 (acesso a Boa Ventura de São Roque) denominado Lote 01, Subtrecho 02.

Coordenadas do projeto em UTM:

Início - 426.166 m E e 7.250.509 m S

Fim - 442.369 m E e 7.239.455 m S

Revestimento:

Os pavimentos novos serão executados em concreto, enquanto os acessos lindeiros serão em pavimento flexível e a restauração em pavimento rígido (whitetopping).

Volume de movimentação de solo

Autorizado para corte e para aterro em m³ relacionados à terraplenagem:



Secretaria de Desenvolvimento  
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

## Licença Ambiental Simplificada

Nº 009100

Validade 21/08/2031

Protocolo 217193745



Estimado corte em 20 mil m³ e um balanço de massa com uso nas laterais para acomodação das pistas.  
O volume excedente do subtrecho 03, disposto em área de bota-fora, terá utilização no subtrecho 02.

### CONDICIONANTES:



1. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS, foi emitida com base nas informações prestadas no processo de requerimento e de acordo com a legislação vigente, aprovando a localização e a concepção técnica, autorizando a instalação e a operação da atividade descrita no protocolo 21.719.374-5;
2. A presente licença foi emitida com base nas informações constantes do Cadastro de Empreendimentos Viários, projeto executivo e no Plano de Controle Ambiental PCA apresentados pelo requerente e não dispensa, tão pouco, substitui quaisquer outros Alvarás e/ou Certidões e Autorizações de qualquer natureza a que, eventualmente, esteja sujeito, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;
3. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS poderá ser suspensa ou cancelada, se constatada a violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a sua emissão, conforme Resolução CONAMA nº 237/97.
4. O empreendedor e os profissionais que subscrevem as atividades necessárias ao processo de licenciamento e manutenção da presente licença são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais, conforme Resolução CONAMA nº 237/97, art. 11º;
5. Na ocorrência de ampliações ou alterações definitivas que venham a ocorrer no empreendimento e atividade objeto da presente Licença Ambiental Simplificada - LAS, este IAT deve ser, obrigatoriamente, consultado;
6. A concessão desta licença não impedirá exigências futuras, decorrentes do avanço tecnológico ou da modificação das condições ambientais, conforme Decreto Estadual 857/79 - Artigo 7º, parágrafo 2º;
7. O IAT, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambientais expedida, quando ocorrer violação ou inadequação de quaisquer informações, condicionantes ou normas;
8. A renovação da presente licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, ficando este prazo de validade automaticamente prorrogado até a manifestação do Instituto Água e Terra;
9. O empreendedor deverá criar uma página na internet com o nome do empreendimento, na qual deverá conter as informações, tais como, estudos, relatórios, licenças ambientais, entre outros, responsabilizando-se em manter atualizadas as informações e disponíveis para o acesso público;
10. A presente licença não contempla aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais;
11. Deverá apresentar em até 30 (trinta) dias após o início das atividades, o responsável técnico ambiental na execução das obras ora licenciadas, em acordo com a Lei Estadual nº 16.346/2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas potencialmente poluidoras de contratar responsável técnico em meio ambiente;
12. Deverá promover a conscientização, através de treinamento do pessoal contratado para execução da obra, sobre o impacto e medidas de controles previstos, com o objetivo de atingir os melhores resultados dos programas ambientais, bem como a economia da utilização de recursos ambientais e prevenção de acidentes;
13. Deverão ser cumpridas, implementadas integralmente todas as medidas mitigadoras previstas no Plano de Controle Ambiental - PCA, bem como deverão ser elaborados os relatórios de acompanhamento, conforme cronograma de execução dos planos, programas e adoção de recomendações previstas;
14. Todos os programas e projetos apresentados para o licenciamento, bem como para o cumprimento das condicionantes desta Licença, relatório de execução e de acompanhamento, deverão ser acompanhados de suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou documento equivalente, devidamente recolhidos e anexados aos respectivos documentos, de acordo com a atribuição de cada profissional;
15. É de total responsabilidade do empreendedor a comunicação, e consignação das autorizações prévias, às autarquias/prestadores de serviços, quando as intervenções do empreendimento virem ocasionar alterações quanto à infraestrutura existente (tubulações de saneamento, de abastecimento de água e de gás, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, comunicação e de transmissão de dados, entre outros serviços, subterrâneos ou aéreos);
16. Deverá o requerente, providenciar e viabilizar planos de emergência e contingência para eventuais acidentes que possam ocorrer nas áreas licenciadas para as referidas obras.
17. Deverão ser adotados práticas e procedimentos de operação e sinalização adequados à execução da obra, assegurando a prevenção de acidentes e a proteção do meio ambiente, da saúde e da segurança dos trabalhadores, da comunidade do entorno e usuários da rodovia;
18. Deverão ser garantidos o trânsito e o acesso dos moradores, bem como devem ser tomadas todas as precauções necessárias para evitar todo tipo de dano às pessoas ou bens de qualquer natureza, incluindo as propriedades contíguas à obra;
19. Esta Licença Ambiental não atesta a propriedade e/ou direito de acesso às áreas atingidas pelo requerente. Fica vedado o ingresso ou qualquer tipo de interferência direta em área de terceiros, devendo, prévio ao ingresso ou intervenção necessária, ainda que com Declaração de Utilidade Pública, providenciar o acordo amigável com o

Impressa: 21/08/2025 09:29:47

Página: 2 de 5

<div>  <p>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</p> </div>	<div>  <p>Instituto Água e Terra Diretoria de Controle de Recursos Ambientais</p> </div>	<div> <p>Licença Ambiental Simplificada</p> <p>Nº 009100</p> <p>Validade 21/08/2031</p> <p>Protocolo 217193745</p> </div>
<p>proprietário e obter ciência, anuência e ou o ajuizamento do Decreto de Utilidade Pública e obter imissão de posse, conforme se aplique a cada situação; Essa condicionante também se aplica as áreas de direitos minerários;</p> <p>20. Cabe ao requerente os entendimentos relativos às interferências de terceiros dentro da faixa de domínio atual ou projetada (reintegração, desapropriação, indenização, realocação). Em havendo alguma impugnação ou impedimento causado por um ou mais dos proprietários, caberá sua resolução junto ao Poder Judiciário;</p> <p>21. A intervenção na propriedade de terceiros deve ser restrita ao necessário e tomadas as devidas providências de reintegração, desapropriação, indenização quando cabível, bem como adoção de medidas legalmente previstas, para os casos em que se inviabilize o imóvel ou cause a necessidade de deslocamento (reassentamento / realocação) de moradores). Todos os casos e medidas adotadas deverão apresentar motivação / justificativa.</p> <p>22. As intervenções nas áreas de preservação permanente APP para a implantação e operação do empreendimento deverão estar restritas ao mínimo necessário, sendo vedado o uso da APP com a finalidade de uso para estruturas temporárias como can-teiros de obras e áreas de manobras ou como áreas de empréstimo ou bota-fora.</p> <p>23. Deverão apresentar proposta e garantir a execução de projeto de reabilitação, restau-ração ou recuperação, em área de preservação permanente, de caráter mitigador e compensatório pelas necessárias intervenções em APP, extintas as alternativas técni-cas locais para a implantação de obra de utilidade pública, conforme Resolução do Conama 369/06;</p> <p>24. Deverão apresentar proposta e atender a Resolução Conjunta Sema/IAP nº 005/2009 reconhece as áreas estratégicas para conservação e a recuperação da biodiversidade no Paraná (AECR).</p> <p>25. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS não autoriza os estudos da flora nativa ou sua supressão. Deverá atender integralmente as condições exaradas na autorização de supressão de vegetação nativa a ser emitida através do Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (SINAFLO), especificamente para a obra;</p> <p>26. Atender integralmente a condições e solicitações do IAT em respeito à Lei da Mata Atlântica, às normativa do IAT à Resolução do Conama 369/2006; apresentada a inexistência de alternativa locacional, a Declaração de Utilidade Pública e a respectiva proposta de compensação ambiental;</p> <p>27. No caso de o empreendimento atingir áreas de Reserva Legal RL de imóveis rurais de terceiros, o empreendedor deverá adotar, às suas expensas, as providencias para a respectiva compensação por realocação e providenciar auxílio técnico aos proprietários para a retificação da declaração dos dados de reserva legal no SICAR, conforme normativas aplicáveis no Estado;</p> <p>28. Em casos excepcionais, quando a APP exercer adicionalmente o papel de reserva legal, justificada a utilidade pública e a inexistência de alternativa locacional e técnica, deverá ser providenciada a compensação cumulativa da RL por realocação, a compensação por intervenção em APP e a compensação pela supressão art. 17 da Lei da Mata Atlântica;</p> <p>29. No caso de o empreendimento atingir áreas de imóveis rurais de terceiros, o empreendedor deverá, autorizado pelo proprietário, prover assistência técnica a este e às suas expensas, para regularizar a inscrição e a retificação da declaração dos dados do imóvel rural na plataforma do SICAR de acordo com o art. 29 da Lei 12.651/2021 e normas do IAT, ou outras que venham a substituí-las;</p> <p>30. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS não autoriza os estudos da fauna silvestre, devendo atender integralmente a legislação ambiental aplicável e vigente;</p> <p>31. Deverão ser atendidas integralmente as condicionantes exaradas na Autorização de Fauna, emitidas pelo IAT especificamente para esta obra.</p> <p>32. O afugentamento e resgate da fauna e a supressão da vegetação só poderá ocorrer após a realização da campanha de monitoramento pré-obra, prevista nas normativas do IAT. Sua execução fica condicionada à apresentação prévia e aprovação pelo IAT, pelo requerente, via sistema e-protocolo, da planilha de dados brutos e dos registros fotográficos (datados e geo referenciados) colhidos durante a referida campanha;</p> <p>38. A presente Licença Ambiental Simplificada - LAS não autoriza intervenção em corpos hídricos, devendo o empreendedor adotar providências para obtenção de outorga ou dispensa, conforme aplicável;</p> <p>39. Elaborar plano de Monitoramento das Águas Superficiais, conforme diretrizes legais, prevendo coleta e análise de amostras dos corpos hídricos interceptados pela obras, devendo encaminhar resultados das amostras de águas superficiais à Divisão de Monitoramento (Seção de Limnologia), com frequência semestral, contendo no minimo resultados para os parâmetros DBO, DQO, OD, óleos minerais, BTEX, sólidos dissolvidos totais e turbidez. Também deverão ser verificados e descritos os usos do solo à jusante da área, que possam influenciar indicadores de carga orgânica;</p> <p>40. Para o lançamento de efluentes, se houver, deverão ser respeitados os padrões de lançamento previstos em legislação bem como, mesmo que considerados como uso insignificante, deverá ser providenciado o cadastro de uso insignificante de água para lançamento de efluentes, conforme orientação do Instituto Água e Terra;</p> <p>41. Em caso de vazamento/derramamento de produtos perigosos, ou quaisquer outros que caracterizem contaminação ou poluição dos corpos hídricos, as atividades deverão ser paralisadas e imediatamente devem ser adotadas as ações de um Plano de Emergência específico para esta finalidade, e o IAT deve ser comunicado.</p> <p>42. Elaborar e executar plano de monitoramento da eficiência do sistema de drenagem, conforme diretrizes legais, com vistas a verificar o funcionamento eficiente que seus componentes, inclusive durante períodos de</p>		



 <b>Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo</b>	 <b>Instituto Água e Terra</b> Diretoria de Controle de Recursos Ambientais	<b>Licença Ambiental Simplificada</b>  Nº 009100 Validade 21/08/2031 Protocolo 217193745
<p>precipitação intensa;</p> <p>43. Elaborar e executar plano de Monitoramento de Vibrações e Ruídos, conforme diretrizes legais, prevendo coleta e análise de amostras de controle (branco) prévia ao início das instalações e durante o período de obras, além de prever e programar medidas de controle, especialmente no período noturno quando a obra estiver em implantação no perímetro urbanos;</p> <p>44. Elaborar e executar plano de Monitoramento de poluentes atmosféricos, conforme diretrizes legais, além de prever e programar medidas de controle, contemplando inclusive a dispersão de particulados devido a movimentação do solo e a emissões fugitivas de máquinas e equipamentos;</p> <p>45. Elaborar e executar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS, conforme diretrizes legais, para os resíduos gerados diretamente e ou em atividades necessárias à execução da obra;</p> <p>46. Elaborar plano de suprimento de materiais, conforme diretrizes legais, visando garantir que as origens das matérias-primas (inclusive e cimento) utilizadas na obra serão provenientes de fontes devidamente licenciadas e com o cumprimento regular das suas condições de operação, em atenção à Lei Federal 6.938/81;</p> <p>33. Deverá atender integralmente as exigências e observações exaradas pelo IPHAN/PR por meio do ofício nº 1194/2024/DIVTEC IPHAN-PR, que trata da análise de impacto ao Patrimônio Histórico e Arqueológico;</p> <p>47. O empreendedor está ciente de que é responsável, quando da ocorrência de achados de bens arqueológicos não acautelados na área do referido empreendimento, pela conservação provisória do(s) bem(s) descoberto(s) e compromete-se a adotar as seguintes providências:</p> <p>i. Suspende imediatamente as obras ou atividades realizadas para a construção/montagem/instalação do empreendimento;</p> <p>ii. Comunicar a ocorrência de achados ao Órgão Gestor de bens arqueológicos competente, conforme Lei Federal 3924, de 26 de julho de 1961.</p> <p>iii. Aguardar deliberação e pronunciamento do Órgão Gestor de bens arqueológicos competente sobre as ações a serem executadas;</p> <p>iv. Responsabilizar-se pelos custos da gestão que possam advir da necessidade de resgate de material arqueológico;</p> <p>48. Deverá atender integralmente as exigências e recomendações da Diretoria de Patrimônio Natural do IAT sobre a APA - Área Especial de Uso Regulamentado ARESUR Faxinais, quando houver (Decreto Estadual 3.446/1997);</p> <p>49. Deverá atender integralmente os compromissos e as ações, firmados nas reuniões (etapas) da CLPI Consulta Livre Prévia e Informada, realizadas entre requerente e a Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses, (Lei 15.673 de 2007, Tratado da Organização Internacional do Trabalho OIT 169/1989), quando houver;</p> <p>50. Deverá atender integralmente as recomendações da Prefeitura de Turvo, quando houver manifestação formal sobre as unidades de Conservação municipais, afetadas indiretamente pelas obras;</p> <p>51. Deverá atender integralmente as recomendações do INCRA exaradas na manifestação de ciência das intervenções da obra, a respeito dos projetos de assentamento;</p> <p>52. Deverá apresentar proposta e garantir a execução de projeto de reabilitação, restauração ou recuperação, conforme legislação vigente, em áreas degradadas direta e indiretamente, em razão de atividades necessárias ao empreendimento;</p> <p>53. Finalizadas as obras, o empreendedor deverá apresentar ao Instituto Água e Terra - IAT, um relatório detalhado de conclusão das obras contendo um levantamento de passivos ambientais (caso existam) com respectivas medidas para o tratamento e solução e um relatório conclusivo do desenvolvimento dos programas ambientais e da execução e cumprimento das condicionantes desta licença;</p> <p>54. O empreendedor deverá pronunciar-se sobre o aceite dos presentes condicionantes em até 30 dias após o recebimento desta Autorização Ambiental;</p> <p>"O Instituto Água e Terra, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar licença/autorização ambiental expedida, quando ocorrer:</p> <p>I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;</p> <p>II. Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença ou da autorização;</p> <p>III. Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde."</p> <p>"O não cumprimento à legislação vigente sujeitará o empreendedor e/ou seus representantes às sanções previstas na Lei Federal nº 9.605/2008 regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514/2008."</p> <p>"As ampliações ou alterações no empreendimento ora licenciado de conformidade com o estabelecido pela Resolução CEMA nº 107/2020, ensejarão novos licenciamentos, prévio, de instalação e de operação, para a parte ampliada ou alterada."</p>		



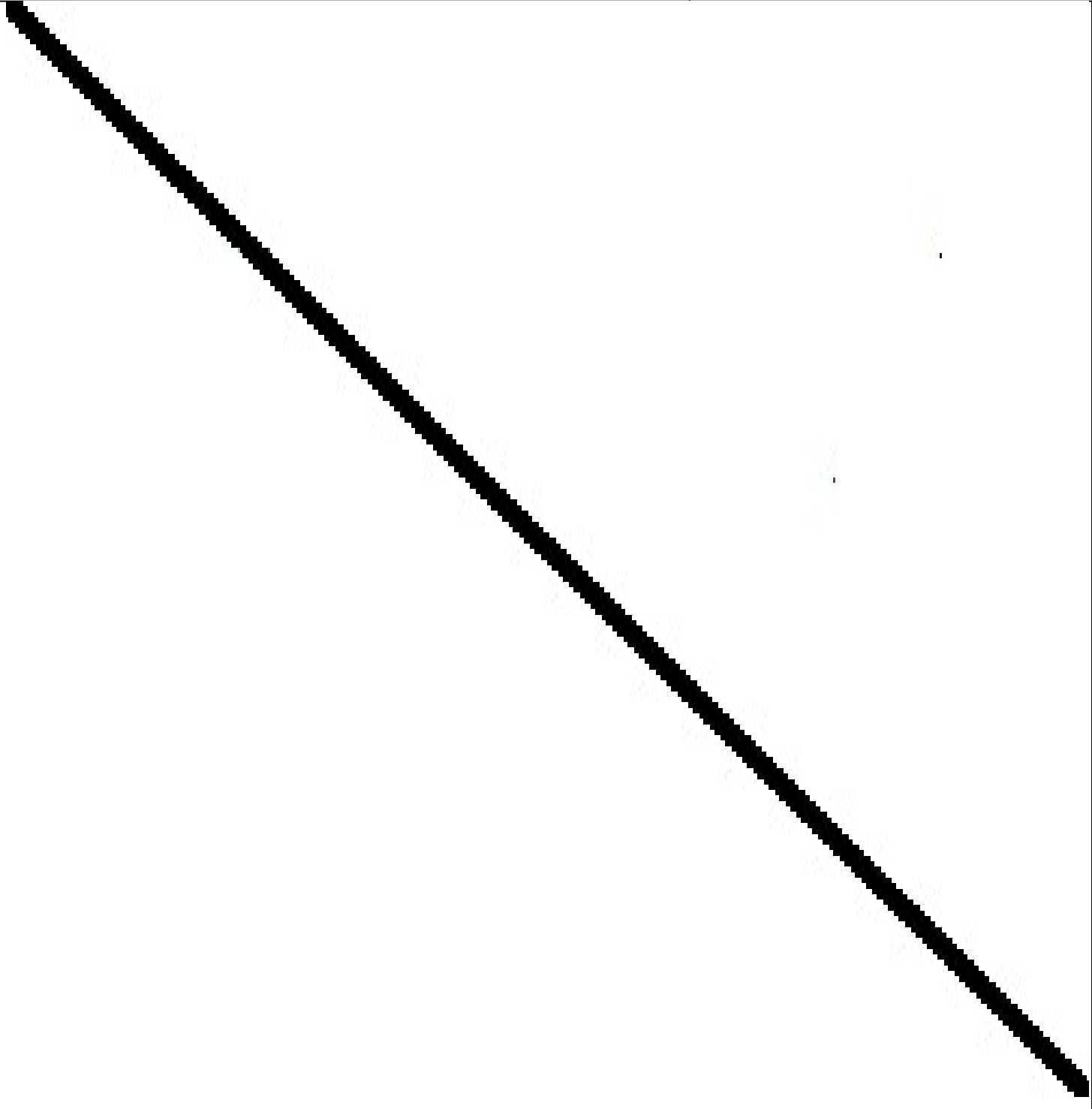
Secretaria de Desenvolvimento  
Sustentável e Turismo



Instituto Água e Terra  
Diretoria de Controle de Recursos Ambientais

Licença Ambiental Simplificada

Nº 009100  
Validade 21/08/2031  
Protocolo 217193745



Local e data  
CURITIBA, 21 de agosto de 2025

O proprietário requerente acima qualificado não consta nesta data, como devedor no cadastro de autuações ambientais do Instituto Ambiental do Paraná.

Carimbo e assinatura do representante do IAP

Documento: **LASSubtrecho02\_trecho01\_PR466.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ivonete Coelho da Silva Chaves (XXX.349.909-XX)** em 21/08/2025 17:55 Local: IAT/DILIO.

Inserido ao protocolo **21.719.374-5** por: **Liana do Rocio Bastos de Moraes** em: 21/08/2025 17:13.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**bb61e88a9d824060ca7a5b3f1e5eb4a2**.